

## **Sustentabilidade ambiental: Conceitos e reflexões sobre as áreas verdes no espaço urbano**

### *Environmental Sustainability: A historical perspective, concepts and reflections on the production of solid waste in construction*

**Tarcísio Dorn de Oliveira, Mestre em Patrimônio Cultural, UNIJUÍ.**

tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

**Adriéli Raquél da Silva Rader, Acadêmica do Curso de Engenharia Civil, UNIJUÍ.**

adri\_rader@hotmail.com

**Bruna Calabria Diniz, Acadêmica do Curso de Engenharia Civil, UNIJUÍ.**

bbrunadiniz@hotmail.com

**Gabriel da Silva Wildner, Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo, UNIJUÍ.**

wildner.gabriel@gmail.com

#### **Resumo**

A sustentabilidade urbana vem se tornando o tema mais discutido atualmente. A preocupação com a quantidade dos espaços destinados as áreas verdes no meio urbano vem se intensificando, não somente em relação a sua função estética das cidades mas, principalmente, o seu impacto na vida de seus moradores. A abordagem do tema, juntamente com suas terminologias, vem se difundindo em vários questionamentos sobre os conceitos relacionados às áreas verdes urbanas. Este artigo aborda alguns dos diferentes enfoques trazidos por diversos autores acerca do assunto, como também realçar a importância destes espaços na vida da população urbana. Tantos são os benefícios que as áreas verdes podem trazer para a vida cotidiana dos cidadãos, uma vez que é a principal responsável pelo conforto térmico e pela purificação, tornando-se essencial para a melhoria de saúde física e mental da população citadina.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Áreas Verdes; Qualidade de Vida; Ambiente Urbano.

#### **Abstract**

*Urban sustainability has become the most discussed issue today. The concern with the amount of spaces destined for green areas in the urban environment has been intensifying, not only in relation to their aesthetic function of cities but, mainly, their impact on the life of their residents. The approach of the theme, along with its terminologies, has been spreading in several questions about the concepts related to urban green areas. This article approaches some of the different*

*approaches brought by various authors on the subject, as well as highlighting the importance of these spaces in the life of the urban population. There are so many benefits that green areas can bring to the daily life of citizens, since it is the main responsible for thermal comfort and purification, making it essential for the improvement of the physical and mental health of the city population.*

**Keywords:** *Sustainability; Greenareas; Qualityoflife; Urbanenvironment.*

## **1. Introdução**

Em pleno século XXI, está evidente a importância do planejamento ambiental sustentável do meio físico urbano, no entanto, a preocupação de quem planeja ainda está centrada nas características socioeconômicas, renegando os elementos naturais. No caso, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente na saúde física e mental da população. Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes em uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno. Com ênfase ao meio urbano, estas áreas proporcionam a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo, preservação e sustentabilidade ambiental.

A constante urbanização dos centros urbanos e os problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza levam à substituição de valores naturais por ruídos, concreto, máquinas, edificações e poluição, o que ocasiona entre a obra do homem e a natureza crises ambientais cujos reflexos negativos contribuem para degeneração do meio ambiente urbano, proporcionando condições nada ideais para a sobrevivência humana.

De acordo com Fernandes e Caldeira (2016), uma das formas de promover e garantir a qualidade do ambiente urbano é manter e conservar as áreas verdes existentes, através da criação de parques e proteção aos cursos d'água em seu leito natural, proporcionando espaços de lazer e convívio e contribuindo para a diminuição do quadro de inundações.

Para desempenhar plenamente seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento, haja visto, que nas últimas décadas a discussão sobre a sustentabilidade ambiental no espaço urbano e os problemas ambientais vem se tornando uma temática obrigatória no cotidiano cidadão. Diante disso, a Constituição Federal inicia-se com uma declaração fundamental observando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988). Para assegurar estes direitos Periotto *et al.* (2016), ressaltam que os órgãos competentes devem firmar uma série de medidas, onde o ponto inicial está na incorporação da arborização urbana na legislação municipal, com sua inserção no plano diretor, como também a criação de leis para este fim.

A legislação evidencia de forma sintética o caráter coletivo dos bens e serviços ambientais e coloca-os como um direito das pessoas, a ser defendido pelo poder público e

pela coletividade. Segundo Souza *et al.* (2015), nos ecossistemas urbanos, onde as condições naturais se encontram quase completamente alteradas e, na maioria das vezes, degradadas, as áreas verdes de diversas categorias representam um recurso precioso para a melhoria da qualidade ambiental. Desse modo, segundo o apresentado pelo autor, as áreas verdes não significam simplesmente espaços não construídos, e sim, espaços urbanos não construídos e devidamente protegidos, onde domina o elemento vegetal, notoriamente as árvores, de forma a fornecer benefícios ambientais, socioculturais e até econômicos a uma cidade visando de forma primordial a sustentabilidade ambiental no espaço urbano.

## **2. Metodologia**

O presente artigo tem como objetivo propor uma aproximação conceitual das áreas verdes, com foco a ressaltar, conceituar e refletir a importância das mesmas no espaço urbano. Para isso, como procedimento metodológico adotou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática.

## **3. Desenvolvimento**

Em sua grande maioria, as cidades brasileiras estão passando por um período de acentuada urbanização, fato este que reflete negativamente na qualidade de vida de seus moradores, onde a falta de planejamento, que considere os elementos naturais, é um agravante para esta situação, pois além do empobrecimento da paisagem e sustentabilidade urbana, são inúmeros e de diferentes amplitudes os problemas que podem ocorrer, em virtude da interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade.

Conforme Lamas (1993), do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana; caracterizam a imagem da cidade; têm a individualidade própria; desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços. Para um bom entendimento faz-se necessário alguns esclarecimentos a respeito de espaços livres, áreas verdes, arborização urbana, sistemas de lazer, praças e parques urbanos.

Os termos urbanização urbana, áreas verdes, verde urbano, espaços/áreas livres, têm sido constantemente utilizados com o mesmo significado para denominar a vegetação intraurbana. Contudo, pode-se considerar que a maior parte não são sinônimos, e sequer relacionam-se aos mesmos elementos (BARGOS; MATIAS, 2011).

De acordo com Lima *et al.* (1994), é necessário que exista um esforço no sentido de que todos se refiram aos termos discutidos quando se fala em vegetação urbana de forma convergente, uma vez que estes são termos técnicos, diferenciando-se de termos culturais. Segundo eles, o espaço livre parece ser o conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído. Os autores apresentam que entre os espaços livres, tem-se:

a) Área Verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, jardins públicos, parques urbanos, como também os canteiros centrais e trevos de vias públicas, que tem apenas funções estética e ecológica. Contudo, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não entram nessa classificação. Segundo sua tipologia, as áreas verdes, assim como o espaço livre, devem ser hierarquizadas, de acordo com os autores:

Parque Urbano: é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer.

Praça: tem a função principal de lazer, porém não é considerada área verde quando não tem vegetação e for impermeabilizada; se possuir vegetação é classificada como jardim.

b) Arborização Urbana: compreende os elementos vegetais de porte arbóreo, tais como árvores e outras. As árvores plantadas em calçadas, fazem parte da Arborização Urbana, porém, não integram o Sistema de Áreas Verdes.

Em outra abordagem, Guzzo *et al.* (2006) destaca que as áreas não edificadas de uma cidade, independentes de sua destinação de uso, de propriedade pública ou particular, são denominadas espaços livres urbanos, englobando as demais definições. Para eles, áreas verdes são um tipo especial de espaço livre urbano, destinado a implantação ou conservação da vegetação, onde os elementos fundamentais de composição são a vegetação e o solo livre de impermeabilização.

A definição de praça pública, conforme o autor, trata-se de espaços livres urbanos públicos destinados ao lazer ativo, contemplativo e ao convívio social, podendo ou não ser dotada de vegetação. Já os parques urbanos são definidos como espaços livres urbanos público com dimensão quase sempre superior a de praças e jardins públicos, destinado ao lazer ativo e contemplativo, a conservação dos recursos naturais e a promoção da melhoria das condições ambientais da cidade. Cavalheiro *et al.* (1999) define espaços livres de construção como sendo:

Espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento em horas de ócio; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres. Os espaços livres podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e podem desempenhar funções estética, de lazer e ecológico-ambiental, entre outras (CAVALHEIRO *et al.*, 1999, p.7).

Já as áreas verdes, segundo o apresentado pelo autor, são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Devem satisfazer três objetivos principais: ecológico ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana.

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às áreas verdes urbanas de uso público ao longo do tempo. Dentre as inúmeras vantagens das áreas verdes, considera três as principais: ecológica, estética e social, onde as contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam tais impactos decorrentes da industrialização, a função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. Já a função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população (GUZZO, 1999).

Nesse contexto, além daqueles espaços criados à luz da arquitetura, recentemente a percepção ambiental ganha status e passa a ser materializada na produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, essas áreas tornam-se atenuantes da paisagem urbana. Por outro lado, nessa relação desigual e/ou combinada da contraposição entre questões socioambientais e econômicas, em que, de modo geral esta última se sobressai, geralmente fica aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema.

O parcelamento do solo é um dos fatores determinantes para o crescimento das cidades, permitindo assim a entrada de terras urbanas no mercado imobiliário, onde os novos loteamentos são obrigados por Lei Federal a ofertar infraestrutura, equipamentos urbanos, dentre os quais se destacam os espaços livres destinados à implantação de áreas verdes públicas. A vegetação também oferece grandes benefícios ambientais como o combate à poluição do ar através da fotossíntese, regula a umidade e temperatura do ar, mantém a permeabilidade, fertilidade e umidade do solo e protege-o contra a erosão, e reduz os níveis de ruído servindo como amortecedor do barulho das cidades. Nesse sentido Troppmair e Galina (2003) acrescentam, enfatizando as vantagens das áreas verdes:

- a) Criação de microclima mais ameno que exerce função de centro de alta pressão e se reflete de forma marcante sobre a dinâmica da ilha de calor e do domo de poluição;
- b) Despoluição do ar de partículas sólidas e gasosas, dependendo do aparelho foliar, rugosidade da casca, porte e idade das espécies arbóreas;
- c) Redução da poluição sonora, especialmente por espécies aciculiformes (pinheiros) que podem acusar redução de 6 a 8 decibéis;
- d) Purificação do ar pela redução de microorganismos. Foram medidos 50 microorganismos por metro cúbico de ar de mata e até 4.000.000 por metro cúbico em shopping centers;
- e) Redução da intensidade do vento canalizado em avenidas cercadas por prédios;
- f) Vegetação como moldura e composição da paisagem junto a monumentos e edificações históricas

Áreas verdes melhoram as condições microclimáticas, reduzindo os extremos de temperatura, e protegem o solo da impermeabilização, facilitando a infiltração das águas de chuva. Áreas arborizadas controlam a poluição atmosférica, tanto pela retenção de partículas sólidas quanto pela absorção de poluentes gasosos, com o gás carbônico. Não só a saúde física dos frequentadores das áreas verdes pode ser melhorada com a prática de atividades físicas ao ar livre, como a saúde mental (MEUNIER, 2005).

As áreas verdes estão diretamente associadas as condições térmicas do meio urbano, proporcionando aumento da umidade do ar e evapotranspiração, e diminuição da temperatura. Barbosa (2002) apresenta, em um pesquisa realizada na cidade de Maceió, que a diferença de temperatura entre um ambiente arborizado e outro adjacente desprovido de arborização foi de aproximadamente 2,5°C. Em relação à umidade relativa, observa-se uma diminuição no meio urbano, que chega a ser 2% menor no inverno e 8% menor no verão (PAIVA, 2002). Na década de 1970, Monteiro evidenciava que:

Na estrutura urbana, as áreas verdes – vistas, em geral, do ponto de vista estético e, agora, como ‘focos de purificação do ar’ – desempenham grande papel pela riqueza das contribuições dos seus atributos na qualidade ambiental urbana. Além daquelas que geralmente se lhes imputam, elas constituem verdadeiras válvulas reguladoras do escoamento, pela possibilidade de infiltração em meio à massa de edificações e ruas pavimentadas. Deveriam, pois ser elementos obrigatórios na cidade intertropical, em vez de serem vistas com certa ojeriza por um verdadeiro complexo de inferioridade que conduz ao abate sistemático de árvores e eliminação de resíduos e nichos de vegetação, inclusive nas cabeceiras dos mananciais. Além do quê, são complementos necessários ao lazer, especialmente para as classes que não dispõem de recursos para buscar amenidades fora da circunscrição urbana (1976, p. 139).

Feiber (2004) destaca que as áreas verdes urbanas possuem sua importância voltada para o metabolismo da cidade, ou seja, atuam no conjunto dos fenômenos químicos e físicos mediante os quais se faz a assimilação das substâncias necessárias à vida. Presentemente as intervenções antrópicas no meio natural estão sendo vistas como uma maneira de se preservar e manter, reconstruindo e transformando, com o objetivo de reencontrar o equilíbrio entre o meio urbano e a natureza. A autora ainda revela que as atividades urbanas geram altos índices de estresse e irritabilidade pela sua dinâmica e intensidade, e que o contato com a natureza proporciona uma sensação de paz e tranquilidade.

### **3. Considerações finais**

No âmbito geral, a falta de planejamento é uma constante no desenvolvimento dos espaços urbanos, principalmente tratando-se das áreas verdes geralmente delegadas ao segundo plano, quando não ao abandono. Entretanto, é possível verificar que as áreas verdes assumem um papel muito importante no espaço urbano tanto na qualidade ambiental sustentável como também na qualidade de vida da população que necessita desse espaço público, seja para passear, praticar esportes etc.

A quantidade e o estado de conservação das áreas verdes de uma cidade poderiam muito bem integrar algum índice de desenvolvimento humano e social, onde a falta delas demonstra o descaso do poder público para com a saúde física e mental dos cidadãos, a falta de visão do futuro, a estreiteza do planejamento, haja visto, que o abandono das áreas verdes, transformando-as em locais de deposição de lixo e concentração de violência, também denota a fraqueza das instituições e a falta de educação, o despreparo e até o desamparo de uma sociedade.

É nesse sentido que embora todas as cidades apresentem áreas verdes (públicas) onde a população possa desfrutar de momentos de lazer e contato com a natureza, poucas têm esses espaços de forma organizada, de modo que não passam de espaços dispersos pela malha urbana. Outro fator que contribui para aumentar a penúria renitente das áreas verdes urbanas são as discontinuidades políticas. Sabe-se que um plano de áreas verdes, implantação de uma praça, arborização de um bairro, são ações que precisam ser pensadas e executadas a longo prazo. Todo esse processo é prejudicado com a alternância de grupos políticos na administração, pelo fato de que as políticas, os planos e metas traçados não vão além do período de gestão, isso ainda quando chegam a ser efetivados.

A importância da presença de áreas verdes nas cidades, destacada por Minaki *et al.* (2006), se deve, especialmente, por se tratar de um componente físico importante na paisagem urbana, destacando-se pela aparência e rugosidade no meio das edificações, e também pelo fato de possuírem funções específicas, que contribuem para a qualidade ambiental urbana, ressaltando-se também pelo seu valor cultural e paisagístico. Os respectivos autores indicam que devido ao fato de formarem representações de um ambiente natural dentro do espaço construído pelo homem, as áreas verdes são um componente importante no ecossistema urbano. As mesmas contribuem para o aspecto da verdadeira identidade do espaço urbano, quando efetivadas de fato, no qual ambientes construídos e livres deveriam formar um mosaico harmonioso.

O uso de áreas verdes, como visto por Feiber (2005), é apontado como elemento necessário para que se obtenha um novo equilíbrio entre o ambiente natural e o antrópico, uma vez que este elemento deve ser encarado com um corpo integrante e participante da estrutura e dinâmica urbana.

## Referências

- BARBOSA, Ricardo Victor Rodrigues. **Vegetação Urbana: avaliação de seu desempenho térmico em recintos urbanos de Maceió – AL**. 2002. 135 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.
- BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011. Disponível em: <[http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos\\_cientificos/artigo169-publicacao.pdf](http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo169-publicacao.pdf)>.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; GUZZO, Perci; ROCHA, Yuri Tavares. **Proposição de terminologia para o verde urbano**. Boletim Informativo da SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana), ano VII, n. 3, Jul./ago./set. 1999, Rio de Janeiro, 7 p.
- FEIBER, Silmara Dias. Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso- o caso do Passeio Público de Curitiba-PR. **Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, Ed.: UFPR, v. 08, p. 93-106, 2005.

FERNANDES, Antoniel Silva; CALDEIRA, Altino Barbosa. Análise espacial das áreas verdes de Belo Horizonte (MG). **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 11, n. 3, p. 73-92, 2016. Disponível em: <<http://www.revsbau.esalq.usp.br/teste/ojs-2.3.7/index.php/REVSBAU/article/view/579/pdf>>.

GUZZO, Perci. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto SP**. 1999. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.

GUZZO, Perci; CARNEIRO, Regina Maria Alves; OLIVEIRA JUNIOR, Hamilton. Cadastro municipal de espaços livres urbanos de ribeirão preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2006. Disponível em: <[http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos\\_cientificos/artigo03.pdf](http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo03.pdf)>.

LAMAS, Jose Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 4 ed. São Paulo: Fundação Calouse Gulbenkian, 1993. 570 p.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes Bueno; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso Del. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II Congresso de Arborização Urbana, 2. 1994, São Luís - MA. **Anais...** São Luis, set. 1994. p. 539-553.

MEUNIER, Isabelle. Por que as áreas verdes são tão importantes para uma cidade?. **Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**, Recife, jun. 2008. Disponível em: <[http://ww4.ufrpe.br/artigo\\_ver.php?idConteudo=1259#](http://ww4.ufrpe.br/artigo_ver.php?idConteudo=1259#)>

MINAKI, Mônica; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade; MARTIN Encarnita Sala. Ensaio teórico-metodológico sobre áreas verdes aplicado a um estudo de caso: Diagnóstico dos referenciais terminológicos e a realidade in loco. **Revista Formação**, n. 13, p. 107-138, 2006.

PAIVA, Haroldo Nogueira de. **Florestas urbanas: Planejamento para melhoria da qualidade de vida**. 2 v. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 177 p.

PERIOTTO, Fernando; PITUCO, Mateus Mestriner; HELMANN, Andrieli Cristina; SANTOS, Tiago Oliveira dos; BORTOLOTTI, Silvana Ligia. Análise da Arborização urbana no município de Medianeira, Paraná. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 11, n. 2, p. 59-74, 2016. Disponível em: <[http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos\\_cientificos/artigo556sn-publicacao.pdf](http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo556sn-publicacao.pdf)>.

SOUZA, Bruna Lima de; FRASSON, Fernanda da Silva; SANCHES, Nyágarah Yamashiro Marquetti; GREGOLETO, Suzana Garcia; FERNANDES, André Luís Valverde; PINHO, Rodrigo Guimarães. Qualidade ambiental no espaço urbano: a mata do Quartel em Três Lagoas – MS. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v. 12, n. 1, 2015. Disponível em: <[http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A2ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A2ncias%20Humanas/019%20\(Arq\)%20QUALIDADE%20AMBIENTAL%20NO%20ESPA%C3%87O%20UR](http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A2ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A2ncias%20Humanas/019%20(Arq)%20QUALIDADE%20AMBIENTAL%20NO%20ESPA%C3%87O%20UR)>.



BANO%20-%20A%20mata%20do%20quartel%20em%20Tr%C3%AAs%20Lagoas-MS.pdf>.

TROPMAIR, Helmut; GALINA, Márcia Helena. Áreas verdes. In: **Território & Cidadania**, Rio Claro, 3 a., n. 2, jun.-dez., 2003.